ATA N.º008/14 REUNIÃO

02 de junho de 2014

Em dois de junho de dois mil e quatorze, às oito horas e trinta e sete minutos, nas 1 dependências da Secretaria Estadual de Saúde/SES, iniciou-se a oitava reunião do 2 Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil - CEPMMI/MS. A 3 4 reunião foi conduzida pela senhora Hilda Guimarães de Freitas, Gerente da Saúde 5 Mulher/SES. Estiveram presentes os seguintes membros: Aline Schio/CVISA/SES/MS, Juliana de Lima Lupion Silva/IPED/APAE, Larissa 6 Souza/Subsecretaria da Mulher, 7 **Marques** Larissa **Domingues** Castilho/CEVE/SES/MS, Sônia Solange Ennes Pessoa/COREN/ABENFO/MS, 8 Vera Lúcia Silva Ramos/SES/CEAB/Sdadolescente, Vera Regina Dalla Vechia 9 10 Biolchi Oliveira/ESP/SES/MS, Edgar Oshiro/COES/ESP/MS, Rocha/DIS/SES/MS. Paulo Saburo Ito/Sogomatsul/HRMS/CMMMIF/SESAU, 11 Rafaela Fernandes/CERA/MS, Renata Martins Teixeira/CERA/MS, Ranna 12 Almeida/DIASI/DSEI/MS, Rose Mariano da Silva/DIASI/DSEI/MS, Welton Pereira 13 Félix/Sdcriança/SES, Luciene Higa de Aguiar/Sdmulher/SES Convidados: 14 Maiene N. C. Oliveira/CEAB/SES/MS, Fátima Scarcelli/CGSCAM/MS, Raquel 15 Paroschi/DIS/SES/MS. Apresentaram justificativa de ausência: Andrieli Aguiar 16 Nunes/COSEMS; Alex Fabiano Silva de Lima e Adriano Ferreira da Silva/Conselho 17 Tutelar – Região Sul. Dando início aos trabalhos, Hilda iniciou a reunião 18 cumprimentando a todos, em seguida solicitou aos presentes que fizessem uma 19 breve apresentação, disse sobre a importância da participação de cada um dos 20 membros e convidados e que isso tem fortalecido o trabalho do Comitê. Esclareceu 21 sobre a diferença entre os documentos Medidas de Intervenção do Comitê e o 22 Plano de Trabalho, ressaltou que "as medidas de intervenção" são recomendações 23 que surgiram a partir de estudo de casos de 2013 e o Plano de Trabalho é outro 24 produto criado pelos membros do Comitê, são ações dentro da sua área específica. 25 Após explicitação, Hilda apresentou a pauta, composta de seis itens: 1. Aprovar a 26 Ata nº 7 (07 de abril de 2014) 2. Apresentar o Perfil Epidemiológico da Mortalidade 27 Materna e Infantil 3. Resumo da Videoconferência/Ministério da Saúde pelo "Dia 28 29 Nacional de Redução da Mortalidade Materna /Rede Cegonha, dia 27 de maio de 2014 4. Resultado do Levantamento dos Comitês Municipais de Mortalidade Materno 30 31 e Infantil 5. Informar e discutir sobre documentos oficiais recebidos pelo CEPMMI 6.

ATA N.º008/14 REUNIÃO

02 de junho de 2014

Avaliar o Plano de Trabalho 2013/2014 Hilda deu oportunidade para que os 32 membros fizessem alguma alteração da Ata, não havendo solicitação de correção, 33 esta foi aprovada. Seguindo a pauta, foi apresentada a Situação Epidemiológica do 34 Estado, e que os dados foram retirados no dia 21 de maio de 2014, do Módulo de 35 36 Investigação de Morte Materna/WEB/SIM. Iniciou a apresentação mostrando a investigação oportuna de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) e materno, 37 ressaltou que os dados de 2014 são parciais, fez um comparativo do primeiro 38 quadrimestre dos anos 2013 e 2014, em que demonstrou por meio de gráfico que 39 houve no Estado em 2014 um aumento do óbito materno, quatro óbitos maternos 40 contra seis (4/6) em 2014, e que em Campo Grande houve uma diminuição de óbitos 41 de três para um (3/1). Hilda disse que parece que a capital teve uma queda na 42 43 mortalidade materna, mas comparativamente o Estado vem aumentando (+33%) e a capital teve uma diminuição (-66%). Em seguida, informou o nº total de óbitos 44 maternos, segundo município de residência: Bonito (1), Campo Grande (1), Corumbá 45 (1), Guia Lopes da Laguna (1), Taquarussu (1), Três Lagoas (1). Em seguida, 46 apresentou sobre a mortalidade infantil e fetal, em que os dados de 2014 são 47 parciais, retirados no dia 07/05/2014, disse que a redução dos óbitos fetais é ainda 48 um grande desafio a nível nacional, quanto aos óbitos infantis houve a melhora da 49 para conseguir 50 assistência e diminuir os óbitos comparativamente o óbito fetal é maior que o infantil. Hilda fez um resumo da 51 Videoconferência pelo Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna/Rede 52 Cegonha, realizada no dia 27 de maio de 2014, quanto ao panorama da morte 53 materna no Brasil, o Ministro de Saúde fez algumas solicitações, uma delas é que os 54 gestores municipais e Secretários Estaduais em Saúde devem priorizar a 55 mortalidade materna, por ser uma das metas do compromisso do milênio. Em uma 56 serie histórica de 2011 a 2012 houve apenas 5% de redução, se continuar neste 57 patamar o Brasil não conseguirá reduzir em 15% até 2015, não conseguindo cumprir 58 o compromisso internacional. Em 2011 houve um grande impacto, devido a 59 implantação da Rede Cegonha, no entanto, nos anos subsequentes não houve o 60 mesmo impacto. As principais causas de mortalidade materna no país são a 61 62 hipertensão e hemorragia, e nas adolescentes é o aborto. No estado, a causa líder é

ATA N.º008/14 REUNIÃO

02 de junho de 2014

a hipertensão e a faixa etária de maior concentração é dos 25 anos aos 30 anos. 63 Chamou a atenção que no País, a cor morena e a raça indígena que concentra o 64 grupo mais vulnerável, é importante fazer esse recorte, pois os fatores como a raça, 65 a cor e a idade tem influenciado nos índices de mortalidade materna. Hilda concluiu 66 67 dizendo que o Estado de Mato Grosso do Sul tem se esforçado para melhorar a assistência, embora o impacto tenha sido pequeno na redução dos óbitos maternos, 68 mas estamos em melhor situação se comparado com outros estados brasileiros. Os 69 desafios apresentados pelo Sr Ministro são: reduzir a mortalidade materna a maior 70 velocidade; investigar todos os casos de óbitos maternos; investigar e analisar os 71 72 casos em tempo oportuno (<120dias); utilizar as informações da investigação para implementação de respostas rápidas, de médio e longo prazo a nível municipal; 73 74 monitorar diariamente e mensalmente os casos de óbitos maternos. Depois falou sobre as principais recomendações: maior envolvimento das equipes de vigilância, 75 atenção básica e hospitalar, SAMU e regulação, em especial nos municípios com a 76 maior carga de mortalidade materna; institucionalizar a vigilância do óbito em todas 77 as SMS's e SES, como ferramenta de melhoria da atenção em saúde; fortalecer a 78 formação de Grupos Técnicos nas SES, SMS's, regionais para análise rápida e 79 oportuna dos casos investigados e monitorar as ações que foram implementadas. 80 Hilda fez um breve levantamento da situação dos Comitês, em que foi usado 81 questionário pelo FormSUS, reforçou que o Comitê deve ser uma instância forte e 82 que cada membro representa o compromisso de fazer com que as ações aconteçam. 83 Informou sobre o resultado do levantamento, em que dos 79 municípios, 58 disseram 84 que possuem comitê, 43 estão funcionando ativamente, 45 tem Regimento Interno e 85 48 divulgam dados epidemiológicos e somente 37 tem feito recomendações à 86 87 Secretaria Municipal de Saúde. Na següência, mostrou o diagnóstico situacional por macrorregião: 26 municípios tem Comitê na Macro de Campo Grande, 21 municípios 88 na Macro de Dourados, 9 municípios na Macro de Três Lagoas e os municípios da 89 Macro de Corumbá disseram ter. Hilda relacionou os nomes dos vinte e um (21) 90 91 municípios que ainda não tem Comitê instituído: Anastácio, Anaurilândia, Bandeirantes, Bandeirantes, Batayporã, Bela Vista, Bonito, Corguinho, Coronel 92 93 Sapucaia, Douradina, Eldorado, Fátima do Sul, Iguatemi, Inocência, Japorã,

ATA N.º008/14 REUNIÃO

02 de junho de 2014

Jaraguari, Jateí, Mundo Novo, Nova Andradina, Paraíso das Águas, Rochedo e 94 Taquarussu. Disse que destes municípios há grandes municípios como Nova 95 Andradina, Coronel Sapucaia, Fátima do Sul, enfim. Fátima sugeriu apresentar esses 96 dados ao Ministério e aos gestores municipais, em reuniões das CIR's e CIB, 97 98 ressaltando que este é um compromisso de governo e que impactará na redução da mortalidade materno infantil. Dar visibilidade a situação, num chamamento nominal 99 dos municípios que ainda não implantaram seus Comitês, haja vista o compromisso 100 101 assumido e a contratualização de metas do COAP. Em seguida, Hilda informou os membros sobre os documentos recebidos pelo Comitê, um deles tratava-se de ofício 102 103 da Coordenadoria Estadual de Regulação Assistência/CERA/MS em que solicitou material de apoio para implementar ações de acordo com as recomendações do 104 105 CEPMMI, Hilda leu o documento aos membros, disse que na função de Coordenadora formulou uma resposta a Central de Regulação e suas sugestões 106 107 foram: criar um protocolo a partir do Plano de Ação Regional da Rede Cegonha (PAR), o fluxo e as normas da Atenção Básica e protocolo de alto risco que estão 108 disponibilizados no site da Secretaria de Estado de Saúde, na área Saúde da Mulher 109 e encaminhou como exemplo o Manual de Regulação do estado da Bahia. Outro 110 documento apresentado foi a CI nº 223/2014 da Coordenadoria Jurídica/SES, de 111 12/05/2014 em resposta a CI nº548/2014 Gerência da Saúde Mulher/SES que 112 encaminhou minuta da Resolução com a finalidade de reconstituir o Comitê Estadual 113 de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil/MS, ao que em resposta a 114 115 Coordenadoria Jurídica da SES solicitou manifestação a respeito em virtude de não haver indicação de representantes de algumas instituições, como Sociedade de 116 Pediatria de MS e Conselho Regional de Medicina do Estado de MS. Na ocasião, foi 117 118 informado por Hilda e Luciene que o CRM/MS já havia oficializado que nenhum conselheiro dispõe de horário em suas agendas com o calendário do CEPMMI, 119 120 sendo assim não indicaram representantes. Quanto a exclusão da Sociedade de Pediatria como componente do Comitê, Fátima levantou a questão de como discutir 121 122 os óbitos infantis sem um pediatra no grupo. Informou que em contatos com profissionais pediatrias tomou conhecimento da constituição de uma chapa 123 124 única/nova diretoria da Sociedade de Pediatria de MS, solicitando um tempo para

ATA N.º008/14 REUNIÃO

02 de junho de 2014

entrar em contato com esses profissionais, de forma que possam se manifestar 125 sobre o convite. Após discussão, foi deliberado que seria adequado aquardar uma 126 resposta da Sociedade de Pediatria, na tentativa de buscar parceria, para então 127 oficializar uma resposta a Coordenadoria Jurídica para publicação da Resolução. 128 Sônia manifestou interesse em incluir a ABENFO ao que Hilda questionou-a se 129 haverá representante para o COREN, Sônia afirmou que haverá, Hilda sugeriu a 130 Sônia para oficializar, Sônia disse que assim que tiver uma resposta concreta ira 131 132 oficializar. Todos os membros votaram em incluir a ABENFO na composição. Na següência, entra em pauta a discussão sobre o Plano de Trabalho de 2013 e 2014 133 134 ao que Paulo Ito foi o primeiro membro a apresentar as ações realizadas pela SOGOMAT/SUL, disse sobre a finalidade do Reciclas em Ginecologia e Obstetrícia 135 136 que visa a melhoria dos indicadores de morbimortalidade na área da assistência materno-infantil em nosso Estado, tem-se como proposta a atualização 137 multiprofissional, a análise das ações e a construção coletiva de proposição. 138 Informou sobre as datas dos eventos para o ano 2014: Aquidauana (21 e 22 de 139 março), Três Lagoas (10 de abril), Ponta Porã (9 e 10 de maio), Dourados (13 e 14 140 de junho), Corumbá (04 e 05 de julho), Chapadão do Sul (08 e 09 de agosto), Porto 141 Murtinho (19 e 20 de setembro), Coxim (3 e 4 de outubro) e Campo Grande (29 de 142 outubro a 01 de novembro). Depois falou sobre a cardiotocografia com a Dra. Roseli 143 Nomura, a semana do bebê em Bodoquena (dia 28 de maio de 2014), parto 144 humanizado e por fim sobre a idéia da mensagem do folder sobre morte materna. 145 Fátima aproveitou o momento para fazer um informe e distribuiu cópia da portaria nº 146 371, de 7 de maio de 2014, que considerando a necessidade de organização e 147 melhoria da qualidade da atenção ao recém-nascido no momento do nascimento, 148 149 com vistas à redução da morbimortalidade neonatal instituí diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido (RN) no momento 150 151 do nascimento em estabelecimentos de saúde que realizam partos. O atendimento ao recém-nascido será feito por profissional capacitado, médico (preferencialmente 152 pediatra ou neonatologista) ou profissional de enfermagem (preferencialmente 153 enfermeiro obstetra ou neonatal). Para prestar este atendimento o profissional 154 155 médico ou de enfermagem deverá exercitar as boas práticas de atenção humanizada

ATA N.º008/14 REUNIÃO

02 de junho de 2014

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

ao recém-nascido apresentadas na Portaria e respaldadas pela Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde e ser capacitado em reanimação neonatal e a Portaria nº 1.153, de 22 de maio de 2014, que redefine os critérios de habitação da iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e a saúde integral da criança e da mulher no SUS. Fátima diz que a nova portaria IHAC inclui o cuidado amigo da mulher, sendo que todos os Hospitais Amigos da Criança vão ter que se adequar e serem reavaliados nos novos critérios para receberem os incentivos/recursos, o "plus", que a iniciativa oferece, além do risco de descredenciamento e, que as novas portarias representam um avanço grande na assistência a criança. Aline/CVISA também falou sobre as ações realizadas em 2013 e sobre as que estão em andamento. Falou sobre a realização da inspeção sanitária dos bancos de leite humano, ação desenvolvida em conjunto com a Saúde da Criança e Comissão Estadual de Banco de Leite Humano-BLH, faltando apenas dois BLH's a serem vistoriados, informando também o apoio da Gerência de Alimentos/VISA estadual na realização de ações alusivas a Semana de Doação de Leite Humano; realização do curso de Processamento e Controle de Qualidade em Banco de Leite Humano e sobre o processo de licitação que esta em tramitação para aquisição de caixas térmicas para armazenamento e transporte de leite humano na coleta externa Hilda informou sobre as ações do COSEMS em 2013, sendo algumas implementadas em 2014: intensificar a criação dos Comitês Municipais de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil junto aos Secretários Municipais de Saúde: realizar discussões entre os gestores de saúde visando a melhoria de fatores que interferem na diminuição da mortalidade materna e infantil; intensificar o apoio às políticas de Saúde da Mulher e Saúde da Criança junto aos Secretários Municipais de Saúde. Hilda pedirá inclusão na pauta para a próxima reunião do COSEMS, apresentação e debate sobre a situação dos Comitês e Investigação oportuna de óbitos de mulheres em idade fértil, assim como tem sido feito junto ao Conselho da Mulher e Conselho Estadual de Saúde. Hilda agradeceu a presença dos membros e convidados. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às onze horas.